



Levantamento da instituição mostra que patamar de incidência de casos de covid-19 continua elevado e que uma explosão de infecções pioraria o que já está ruim. País ultrapassou, ontem, a marca dos 430 mil mortos pelo novo coronavírus, com mais de 15,4 milhões de infectados

Fiocruz: 3ª onda seria catastrófica



» MARIA EDUARDA CARDIM

Apesar de ter atingido nesta semana uma média móvel de mortes pela covid-19 abaixo do patamar de 2 mil óbitos, no qual permaneceu por 53 dias, a situação do Brasil preocupa pesquisadores e especialistas. A apreensão foi exposta na última edição do Boletim do Observatório Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que mostrou que o país se mantém em um patamar alto de incidência de casos da doença. Por isso, a instituição alerta que uma nova explosão de casos de infecção pelo novo coronavírus, a partir do patamar epidêmico atual, seria catastrófica. Ontem, com mais 2.383 mortes, o Brasil ultrapassou a marca de 430 mil óbitos. Além disso, já confirmou mais de 15,4 milhões de infecções.

Segundo os pesquisadores da Fiocruz, o conjunto de indicadores investigados mostra que ainda existe uma intensa circulação do vírus no país, o que traz a ameaça de que os níveis críticos da pandemia permaneçam ao longo das próximas semanas. “A observada manutenção de um alto patamar, apesar da ligeira redução nos indicadores de criticidade da pandemia, exige que sejam mantidos todos os cuidados, pois uma terceira onda agora, com taxas ainda tão elevadas, pode representar uma crise sanitária ainda mais grave”, alerta o documento.

Isso porque grande parte dos leitos de unidades de terapia intensivas destinadas a pacientes adultos com covid-19 continua ocupada. Sete estados têm taxas de ocupação iguais ou superiores a 90% e outros seis, mais o Distrito Federal, têm ocupação entre 80% e 89% — situação considerada crítica. Apenas Acre, Amazo-

nas, Roraima e Paraíba possuem índices razoáveis e estão fora da zona de alerta, ou seja, têm menos de 60% dos leitos ocupados.

Sequelas

A Fiocruz ainda chama a atenção de que não se sabe a extensão das sequelas deixadas pela covid-19 em pacientes graves e moderados, que podem impor demandas ao sistema de saúde a médio e longo prazo. “Nunca é demais lembrar das repercussões da sobrecarga colocada pela covid-19 sobre o sistema de saúde, que terminam por afetar atendimentos de necessidades por outras condições de saúde”, ressaltou.

Para enfrentar a pandemia, o caminho é o mesmo que os especialistas reforçam sempre. “Mantém-se a necessidade de aceleração da vacinação, do distanciamento físico entre pessoas fora da convivência domiciliar, da higiene frequente das mãos e do uso de máscaras de forma adequada”, salientam. Porém, o Brasil pode começar a viver uma crise na fabricação de vacinas devido à matéria-prima para a fabricação (leia ao lado).

Diante da situação, a taxa de transmissão (Rt) da doença no país oscila e voltou a subir nesta semana. Segundo o último levantamento do Imperial College de Londres, o índice passou de 0,93 para 0,96. O número ainda aponta para uma situação considerada controlada, já que está abaixo de 1, índice considerado de descontrole. No entanto, para se manter baixo e apontar a melhora da pandemia da covid-19, precisa estar alinhado com outros elementos, como números de novos casos e óbitos, taxa de ocupação de leitos e dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag).

Diante da situação, a taxa de transmissão (Rt) da doença no país oscila e voltou a subir nesta semana. Segundo o último levantamento do Imperial College de Londres, o índice passou de 0,93 para 0,96. O número ainda aponta para uma situação considerada controlada, já que está abaixo de 1, índice considerado de descontrole. No entanto, para se manter baixo e apontar a melhora da pandemia da covid-19, precisa estar alinhado com outros elementos, como números de novos casos e óbitos, taxa de ocupação de leitos e dados de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag).

Nelson Almeida / AFP



Instituto entrega hoje mais 1,1 milhão de doses da vacina. Próximos fornecimentos estão comprometidos

CoronaVac: produção parada

Sem contar com uma definição de data para a chegada do novo lote de insumos necessários para produção da CoronaVac no Brasil, o Instituto Butantan suspende a produção do imunizante depois de entregar, hoje, a última remessa da vacina contra a covid-19 ao governo federal produzida com o ingrediente farmacêutico ativo (IFA) recebido em 19 de abril. Sem sequer uma previsão do envio dos insumos da China, o Butantan se preocupa com o cronograma de entregas ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde.

Hoje, mais 1,1 milhão de doses foram liberadas para a pasta, remessa que faz parte do segundo contrato firmado, de 54 milhões de unidades da CoronaVac. Apesar de uma agenda de reuniões com autoridades chinesas reali-

zadas na última semana, a última notícia é de que não havia novidades, segundo o diretor do Butantan, Dimas Covas.

“Não temos data, nesse momento, prevista para essa autorização. Isso pode acontecer a qualquer momento, mas não há essa previsão”, admitiu Covas. O governador de São Paulo, João Doria, classificou a situação como “extremamente grave” e atribuiu novamente o atraso do envio do IFA a entraves diplomáticos e “declarações desastrosas” do governo brasileiro em relação à China. Ontem, voltou a criticar os ataques do presidente Jair Bolsonaro.

“É triste e lamentável que nós tenhamos que ouvir, assistir e ler declarações desairosas do presidente. Evidentemente que isso cria um enorme desconforto nas relações diplomá-

ticas entre o Brasil e a China”, disse. Apesar disso, Doria disse que vê no novo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, esforço para resgatar as boas relações com Pequim. “Ele é um diplomata de carreira e, até onde sei, não tem nada com ideologia e nem com partidarismo”, comentou.

Segundo Doria, 10 mil litros do IFA estão prontos para serem enviados ao Brasil, mas a China ainda não autorizou o embarque do lote. “Esses 10 mil litros representam cerca de 18 milhões de doses da vacina. Estão prontos, embalados, colocados em contêineres refrigerados, aguardando apenas a autorização do governo da China para serem embarcados para o Brasil. Mas isso exige o esforço da diplomacia para que essa liberação seja autorizada”, explicou. (MEC)

Nova vacina poderá ser testada

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o estudo clínico da vacina contra covid-19 Covaxin, fabricada pelo laboratório indiano Bharat Biothec e já comprada pelo governo federal — mas sem aprovação do órgão regulador para ser aplicada no Brasil. Agora, o imunizante poderá ser testado em 4,5 mil brasileiros com mais de 18 anos, em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Mato Grosso.

Os testes serão feitos com a aplicação de duas doses com 28 dias de intervalo entre elas. O estudo clínico aprovado pela Anvisa é de fase 3 — quando a vacina é administrada em uma grande quantidade de indivíduos para que seja demonstrada a eficácia e segurança.

A agência aprovou, também, um coquetel de anticorpos (banlanimabe e etesevimabe) para o tratamento de casos leves e moderados da covid-19, a fim de evitar hospitalizações. O uso do medicamento, da farmacêutica americana Eli Lilly, só é indicado para pacientes que apresentam alto risco de progressão da doença para a forma grave ou que possa levar à necessidade de internação. As duas substâncias são produzidas em laboratório e, quando injetadas no organismo, atuam como anticorpos presentes no corpo humano. O medicamento não poderá ser adquirido em farmácias.

Já a Universidade Estadual do Ceará (Uece) pediu aprovação da Anvisa para começar os testes em humanos da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela instituição. A pesquisa teve início em 2020 e, caso seja aprovada, passará para a segunda fase.

A vacina cearense se chama HH-120-Defenser. A pesquisa está sendo desenvolvida no Laboratório de Biotecnologia e Biologia Molecular da Uece (LBBM) e é liderada pela professora de imunologia Izabel Florindo Guedes. (MEC com Alexia Oliveira, estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi)

MEIO AMBIENTE

Aprovado o PL que afrouxa licenciamento

A Câmara concluiu, ontem, a votação do Projeto de Lei (PL) que flexibiliza as regras do licenciamento ambiental sem aprovar nenhuma mudança na proposta. O texto principal do projeto, criticado por ambientalistas, foi aprovado por 300 votos a 122 — os deputados ainda analisaram 13 destaques, mas todos foram rejeitados. A proposta segue agora para o Senado. Entre as principais mudanças, está a dispensa de licença para projetos como obras de saneamento básico, manutenção em estradas e portos, distribuição de energia elétrica com baixa tensão, além de outras atividades agropecuárias.

O texto, de 2004, foi relatado pelo deputado e ex-ministro da Agricultura Neri Geller (PP-MT), vice-presidente da Frente Parlamentar

Agropecuária — a bancada ruralista. Conforme disse, a lei busca reduzir “insegurança jurídica” em relação ao licenciamento, mas, para ex-ministros do Meio Ambiente, a proposta distorce e fragiliza o procedimento, criando uma espécie de “regime de exceção”.

Especialistas no setor e juristas preveem uma série de ações judiciais, com desdobramentos no Supremo Tribunal Federal (STF), devido a inconstitucionalidades e desrespeito direto ao que está previsto na legislação nacional. Defendido pelo governo como forma de reduzir obstáculos à modernização da infraestrutura no país, para os adversários do PL a aprovação significa deixar “passar a boiada”, em referência à fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, na qual defendeu enfraquecer normas ambientais enquanto a população atravessa a pandemia de covid-19.

Mauro Pimentel/AF - 28/1/19



Segundo a Frente Ambientalista, o novo PL abre a possibilidade de haver novas tragédias, como a de Brumadinho

uma proposta como essa seja aprovada pela Câmara dos Deputados e oito senadores, declarou “profunda indignação com a aprovação”. “É inadmissível que

uma proposta como essa seja aprovada pela Câmara dos Deputados e oito senadores, declarou “profunda indignação com a aprovação”. “É inadmissível que

uma proposta como essa seja aprovada pela Câmara dos Deputados e oito senadores, declarou “profunda indignação com a aprovação”. “É inadmissível que

com a aprovação desse projeto, o Brasil irá presenciar novos episódios de acidentes socioambientais”, salienta nota divulgada pela Frente, em referência às tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas.

Uma das principais mudanças impostas pelo PL diz respeito à dispensa expressa de licenças para cultivo de espécies de interesse agrícola, pecuária extensiva e semi-intensiva, além de pecuária intensiva de pequeno porte. Outros 13 tipos de atividades ficam isentas da obrigação de serem licenciadas. São projetos como, por exemplo, obras de transmissão de energia elétrica; sistemas e estações de tratamento de água e de esgoto sanitário; obras de manutenção de infraestrutura em instalações preexistentes, como estradas, além de dragagens (retirada de sedimentos) de rios; usinas de triagem de resíduos sólidos; pátios, estruturas e equipamentos para compostagem de resíduos orgânicos; e usinas de reciclagem de resíduos da construção civil.